

Ecolabora

Programa de
Sustentabilidade
do **TRT-13**





EXPEDIENTE

Presidente

Desembargador Thiago de Oliveira Andrade

Juiz Auxiliar da Presidência

Lindinaldo Silva Marinho

Diretora-Geral da Secretaria

Simone Farias Perrusi

Assessora-Chefe do GDTA

Francineide Dias Braga

Assessoria Jurídica da Presidência

Karla Fonseca Maranhão

Secretário de Governança e Gestão Estratégica

Max Frederico Feitosa Guedes Pereira

Divisão de Inovação

Marcelo Luis Machado Moura

Ronaldo de Araujo Farias

Coordenador de Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção e Conservação e Limpeza

Emerson Santos Maul de Andrade

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC)

Bruno Rafael de Araujo Sales

Seção de Gestão Socioambiental

Jackson Bertamoni de Lima

Samuel Von Laer Norat

Mariana Gomes Lira Santos

Thatiana Carrilho Simões Lemos

Adenilson Borba Lopes da Silva

Assessoria de Projetos Sociais e Promoção de Direitos Humanos – ASPROS

Jamilly Rodrigues da Cunha

Samuelson Wagner de Araújo e Silva

Andrezza Ribeiro Gomes

Izabelle Aline Donato Braz

Assessoria de Comunicação Social

Débora Cristina Barbosa da Silva

Diagramação

Ana Luísa Dias Braga

Signatário da Conferência de Estocolmo (1972), a ordem constitucional brasileira incorporou a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável como objetivos a serem perseguidos pelo Poder Público. Nesse sentido, a Constituição Federal, em seu artigo 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Desse modo, o termo “sustentabilidade”, segundo Balazeiro (2023), deve ser pensado como a “busca da garantia do bem-estar da humanidade e do planeta agora e no futuro”, configurando-se enquanto equilíbrio entre desenvolvimento, proteção ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Assim, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, seguindo as diretrizes internacionais da Organização das Nações Unidas, a Resolução CNJ n.º 400 do Conselho Nacional de Justiça e normativos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, envida esforços para cumprir, além de sua função jurisdicional, a missão de promoção da Justiça Social, dos Direitos Humanos e da Sustentabilidade.

Para isso, criou o **Ecolabora - Programa de Sustentabilidade**, contemplando medidas, ações e projetos, que estão sendo implementados desde o início do ano de 2023.



Ecolabora O Programa de Sustentabilidade do TRT-13

O Ecolabora alcança os conceitos de sustentabilidade em suas diferentes dimensões: a dimensão ambiental, a dimensão social, a dimensão econômica e a dimensão cultural.

O Programa Ecolabora possui quatro trilhas de atuação:

A primeira, a **Trilha Greta Thunberg**, representa o viés “ambiental” e tem como compromisso tornar o Tribunal carbono neutro até 2030. Além disso, visa melhorar a eficiência no consumo de água e a gestão eficiente dos recursos naturais.

A segunda, a **Trilha Patrícia Rosas**, com viés social, foca em ações relacionadas à valorização do trabalho verde, enfrentamento ao racismo ambiental e outras formas de desigualdades sociais.

Já a terceira, a **Trilha Wangari Maathai**, representa o viés cultural e é caminho que leva a valorização da diversidade étnica e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos.

Enquanto a quarta, a **Trilha Ailton Krenak**, com viés econômico, permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidades que objetivam uma melhor eficiência dos gastos públicos e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

Além disso, criamos a Rede de Sustentabilidade do Sistema de Justiça do Estado da Paraíba, chamada **“Conecta Sustentabilidade”**, por meio da qual se conjugam esforços entre TRT-13, TRE-PB, JFPB, TJPB, TCE-PB e UFPB para implementação de programas e ações interinstitucionais sobre a temática sustentabilidade em todas as suas dimensões.





Patrícia Rosas, natural de Campina Grande-PB, passou parte de sua infância residindo em um lixão. Desde cedo, começou a recolher materiais recicláveis como meio de obtenção de renda e de sobrevivência. Superando as dificuldades, Patrícia graduou-se em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, sendo, atualmente, Professora Doutora da UFPB.



Ailton Alves Lacerda Krenak OMC, mais conhecido como Ailton Krenak (Mantena, 29 de setembro de 1953), é um líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta, escritor brasileiro da etnia indígena krenaque e Imortal da Academia Brasileira de Letras. Ailton é também professor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e é considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro, possuindo reconhecimento internacional.



Wangari Muta Maathai foi uma professora e ativista política do meio-ambiente do Quênia. Foi a primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz. Maathai fundou o Green Belt Movement, uma organização não governamental ambiental concentrada em plantação de árvores e conservação ambiental e nos direitos das mulheres.



Greta Tintin Eleonora Ernman Thunberg é uma ativista ambiental sueca. É conhecida por ter protestado fora do prédio do parlamento sueco e por ser a líder do movimento Greve das escolas pelo clima.

Sumário

01

Identidade Organizacional Planejamento Estratégico Institucional

- Estruturação do Quadro de Pessoal

02

Trilha Greta Thunberg

2.1 Programa Carbono Neutro

- Adesão ao Movimento Ambição Net Zero do Pacto Global da ONU
- A adesão ao A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública
- Adesão ao Programa Brasileiro GHG Protocol
- Plano de Gestão de Gases de Efeito Estufa
- Substituição da gasolina por etanol nos abastecimentos da frota flex
- Geração de energia limpa
- Redução e atualização da frota de veículos
- Redução do número de impressoras
- Aquisição de equipamentos de ar condicionado
- Troca de 100% da Iluminação do Tribunal por lâmpadas LED sustentáveis
- Plantio de 1000 árvores
- Compra de certificados para compensação de emissões: créditos de carbono e REC
- Inventários de emissões de CO²
- Sustentabilidade no TRT-13 em movimento

2.2 Projeto Acqua TRT-13

- Jogo da Água
- Utilização da Água da Chuva
- Fortalecimento de instituições com perspectiva ambiental

2.3 Movimento Circular

- Ecoponto
- Compostagem

03

Trilha Patrícia Rosas

3.1 Valorização do Trabalho Verde

3.2 Aquilomba, Paraíba

04

Trilha Wangari Maathai

4.1 Projeto Quilombo Vai à NASA

4.2 Sala de música e Biblioteca Chico César

4.3 Companhia de Teatro Ruas que Falam e Justiça em Palco

05

Trilha Ailton Krenak

5.1 Plano de Logística Sustentável

5.2 Projeto Ilumi

06

Conecta Sustentabilidade



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região construiu, para o Ciclo 2021 - 2026, um plano estratégico cujo enfoque alcança temas relacionados à sustentabilidade, destacando-se os procedimentos relacionados à gestão e suas repercussões no âmbito ambiental, social, cultural e econômico. A missão, a visão, os valores e o Objetivo Estratégico n.º 2, que compõem o Planejamento Estratégico Institucional, estão abaixo relacionados:

MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VISÃO

Consolidar-se como uma justiça de qualidade, ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social, promoção do trabalho digno e desenvolvimento sustentável.

VALORES

Ética, Acessibilidade, Agilidade, Eficiência, Transparência, Inovação, Valorização das pessoas, Sustentabilidade, Efetividade, Comprometimento, Segurança Jurídica e Respeito à Diversidade e à Igualdade de Gênero.

OBJETIVO ESTRATÉGICO N.º 2

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

INDICADORES

Percentual de execução do Plano de Logística Sustentável, agosto de 2024 100%.

Índice de participação de mulheres nos comitês e comissões do TRT-13, agosto de 2024 38,8%

Índice e participação de mulheres nos cargos em comissão, agosto de 2024 40%

Índice de participação de pessoas negras nos cargos em comissão, agosto de 2024 35,5%

Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil, agosto de 2025 11



Estruturação do Quadro de Pessoal

Seção de Gestão Socioambiental

A estrutura de pessoal da Seção de Gestão Socioambiental, que anteriormente contava com apenas um servidor, agora é composta por seis profissionais dedicados diretamente às ações relacionadas à sustentabilidade ambiental. São eles: Jackson Bertamoni, Mariana Gomes, Thatiane Carrilho, Adenilson Borba, Samuel Norat e Max Frederico.





ASPROS - Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos

Setor responsável pela criação e execução de projetos no campo da sustentabilidade cultural e social.

Trilha Greta Thunberg



Programa Carbono Neutro

No Acordo de Paris, o Brasil comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030.

Nesse sentido, o TRT-13, como instituição reconhecedora de seu dever e de sua responsabilidade ambiental e social, por meio do ATO TRT13 SGP N.º 066, de 12 de abril de 2023, instituiu o **Programa Carbono Neutro**, com objetivo de apresentar uma série de medidas para potencializar o seu desenvolvimento sustentável, com redução permanente e contínua das emissões de gases de efeito estufa, decorrentes de suas atividades.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-e-o-primeiro-tribunal-brasileiro-a-aderir-ao-programa-brasileiro-ghg-protocol>

Encontram-se dentre as ações que compõem o Programa Carbono Neutro.

Gestão sistematizada dos dados de sustentabilidade do órgão

Elaboração do Inventário de emissões de gases do efeito estufa

Confecção do Relatório de emissões de gases do efeito estufa

Elaboração do Plano de Compensação Ambiental de gases do efeito estufa

Gerenciamento da efetiva compensação das emissões de gases do efeito estufa



Adesão ao Movimento Ambição Net Zero do Pacto Global da ONU



O **Movimento Ambição Net Zero** é uma iniciativa de aceleração que visa desafiar e apoiar empresas integrantes do Pacto Global da ONU no Brasil para que estabeleçam metas robustas, que impactem na redução das emissões de gases de efeito estufa e provoquem a atuação das instituições com a urgência e a ambição necessária para promoção da sustentabilidade. Nessa perspectiva, o movimento tem como objetivo impulsionar entregas de impacto para a sociedade brasileira, com a ambição coletiva de reduzir 2 Gigatoneladas de CO₂ em emissões acumuladas até 2030. Em abril de 2023, o TRT-13 assinou a Carta Compromisso para se empenhar com as metas do movimento, como a divulgação de iniciativas do movimento internamente e externamente, dentro de sua responsabilidade jurídica e institucional.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-adere-ao-movimento-ambicao-net-zero-do-pacto-global-da-onu-e-institui-programa-carbono-neutro>

MOVIMENTO 
AMBIÇÃO NET ZERO



A3P
AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O Programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

O Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no âmbito da instituição, visando à inserção da variável socioambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

A adesão ao A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública

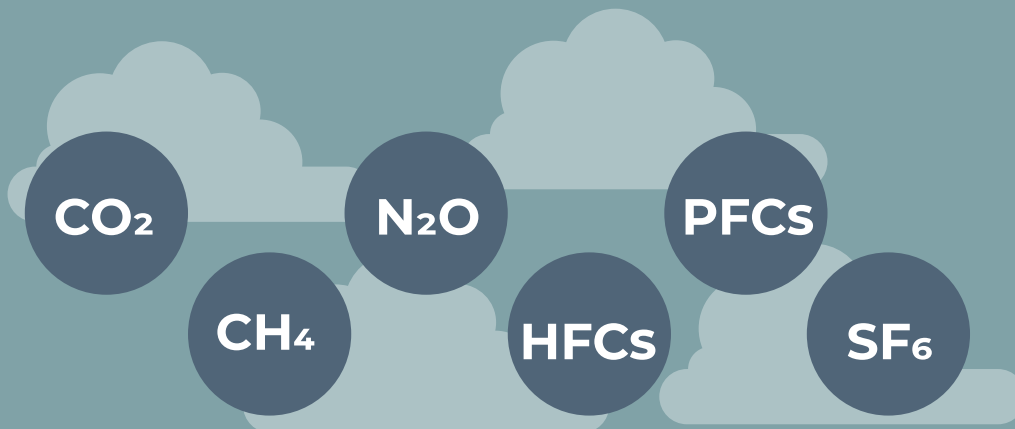
Criado em 2008, o Programa Brasileiro GHG Protocol é responsável pela adaptação do método GHG Protocol ao contexto brasileiro, desenvolvendo uma ferramenta de cálculo para estimativas de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

O TRT-13 se tornou o primeiro tribunal brasileiro a aderir ao PBGHG. Na prática, o TRT-13 teve a possibilidade de participar de workshops e ter acesso às consultorias de profissionais da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, foi possibilitada a realização de inventário e do Relatório de Emissão de Gases de Efeito Estufa, o que permitiu a identificação e a quantificação das emissões diretas e indiretas dos gases causadores de efeito estufa emitidos em decorrência das atividades do TRT-13.

Para garantir a confiabilidade e a transparência do inventário, da quantidade de carbono emitido pelo TRT-13 e a mensuração do dano causado ao meio ambiente, na primeira fase, ainda no mês de abril de 2023, o Tribunal contratou a empresa BENRI - BIOMASS ENERGY RESEARCH INSTITUTE para auditar o Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE).

O inventário realizado alcançou os Escopos 1 e 2. O Escopo 1 compreende a emissão via combustão móvel, combustão estacionária e combustão fugitivas, uso de geradores a diesel, compreendendo **71%** das emissões contabilizadas no ano de 2022, ao passo que o Escopo 2 compreende o consumo de energia elétrica total de todas as edificações sob a jurisdição do TRT-13, o que representou **29,2%** das emissões totais em 2022.

Nesse contexto, apurou-se que o Tribunal, na realização de suas atividades laborais, emitiu **269 tCO₂e** (269 toneladas de dióxido de carbono equivalente). O mencionado inventário foi publicado no **Registro Público de Emissões (RPE) do Programa Brasileiro GHG Protocol** e recebeu o **selo ouro** por ter sido auditado e certificado por organismo verificador independente.



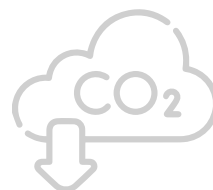
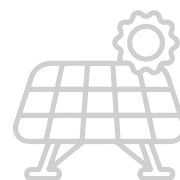
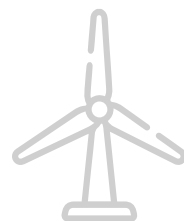
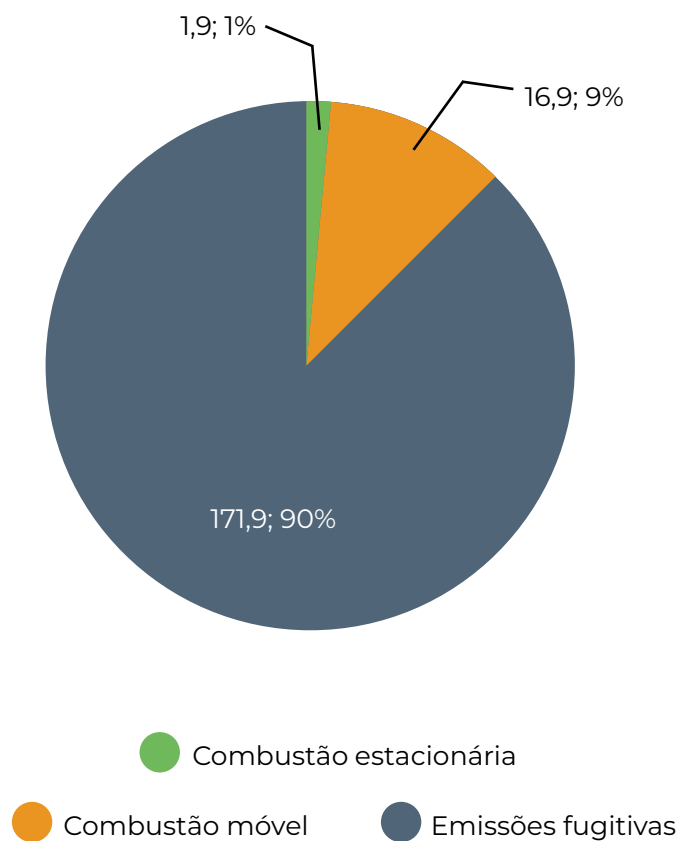
Adesão ao Programa Brasileiro GHG Protocol

A tabela abaixo permite a visualização das toneladas de CO₂ produzidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região no ano de 2022.

GEE	Em toneladas do gás				Em toneladas de CO ₂ equivalente (tCO ₂ e)			
	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 3	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 3
CO ₂	18,281	78,586	0,000	0,000	18,281	78,586	0,000	0,000
CH ₄	0,001	0,000	0,000	0,000	0,028	0,000	0,000	0,000
N ₂ O	0,002	0,000	0,000	0,000	0,530	0,000	0,000	0,000
HFC	0,090	0,000	0,000	0,000	171,892	0,000	0,000	0,000
PFC	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SF ₆	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
NF ₃	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Total					190,731	78,586	0,000	0,000



Contribuição das categorias de emissão de Escopo 1, em tcO₂e



<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-e-pioneiro-entre-os-tribunais-trabalhistas-no-registro-publico-de-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa>

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-e-o-primeiro-tribunal-brasileiro-a-aderir-ao-programa-brasileiro-ghg-protocol>

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-ganha-comenda-de-ouro-durante-evento-anual-do-programa-brasileiro-ghg-protocol>

Plano de Gestão de Gases de Efeito Estufa

Após a identificação das emissões nos Escopos 1 e 2 (tabela 1), em consonância às diretrizes do SBTi (Science Based Targets Initiative), o TRT-13 contratou empresa especializada para elaborar e indicar ações e estratégias para redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa, a qual ficou responsável pela apresentação do Plano de Compensação do Tribunal.

O Plano de Gestão de Gases de Efeito Estufa, elaborado a partir do contexto específico do TRT-13, foi apresentado no mês de dezembro de 2023, e está disponível para consulta na página de sustentabilidade, disponibilizada no Portal Institucional:

<https://www.trt13.jus.br/programas-e-acoes/sustentabilidade>.



SUBSTITUIÇÃO DA GASOLINA POR ETANOL NOS ABASTECIMENTOS DA FROTA FLEX



Com o objetivo de reduzir as emissões de carbono das suas fontes móveis (emissões de escopo 1), o TRT-13 regulamentou, por meio do Ato TRT13 SGP n.º 134/2023, a utilização exclusiva de etanol nos veículos flex da sua frota. O etanol é um biocombustível que produz menos gás carbônico, monóxido de carbono e dióxido de enxofre do que os combustíveis fósseis, contribuindo assim para a diminuição da poluição atmosférica e do aquecimento global.

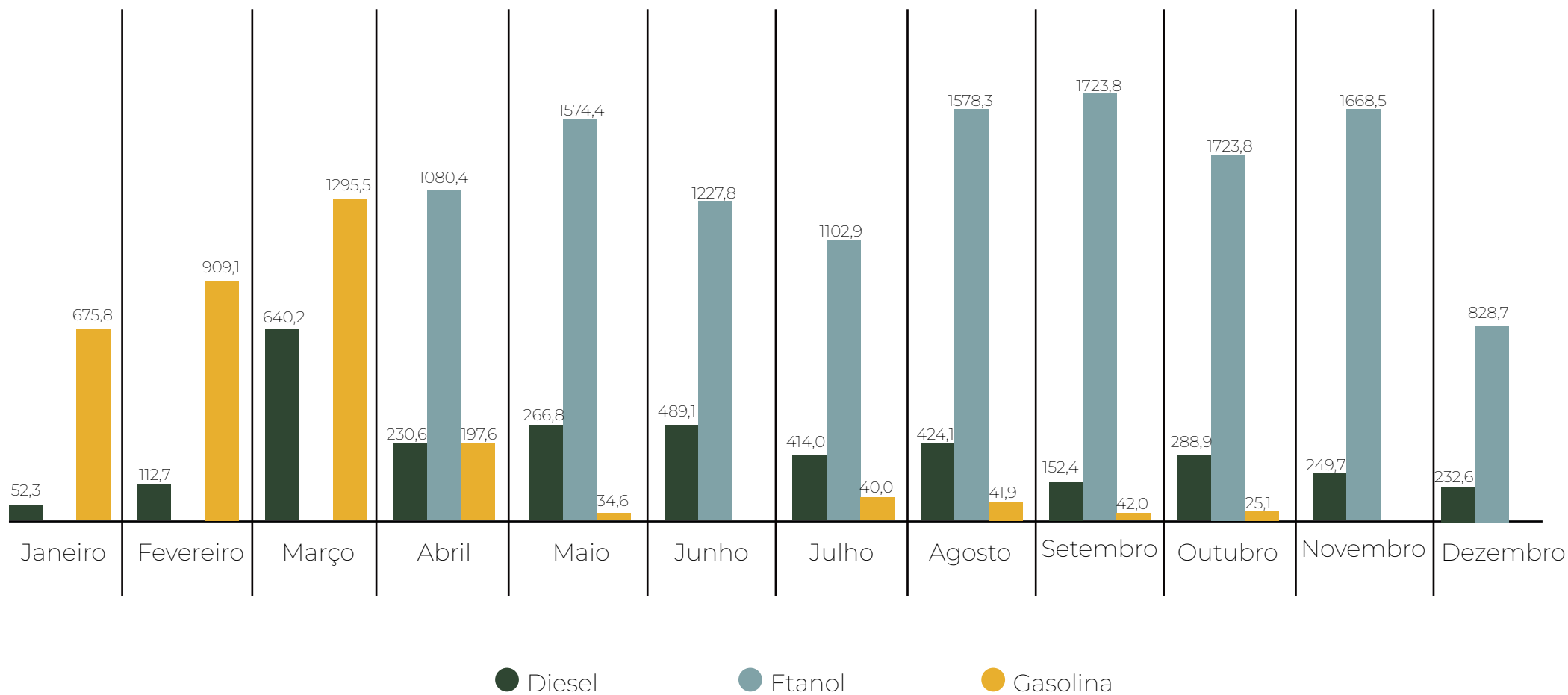


<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/sustentabilidade-trt-13-regulamenta-a-utilizacao-exclusiva-de-etanol-nos-veiculos-flex-do-regional>

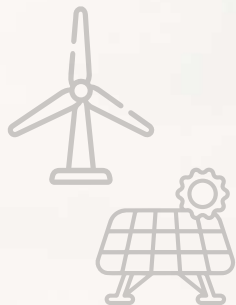


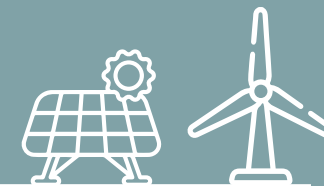
O gráfico abaixo demonstra a redução contínua do consumo de gasolina e, por consequência, a menor emissão de CO².

Consumo de Combustível por Mês (litros)



GERAÇÃO DE ENERGIA LIMPA



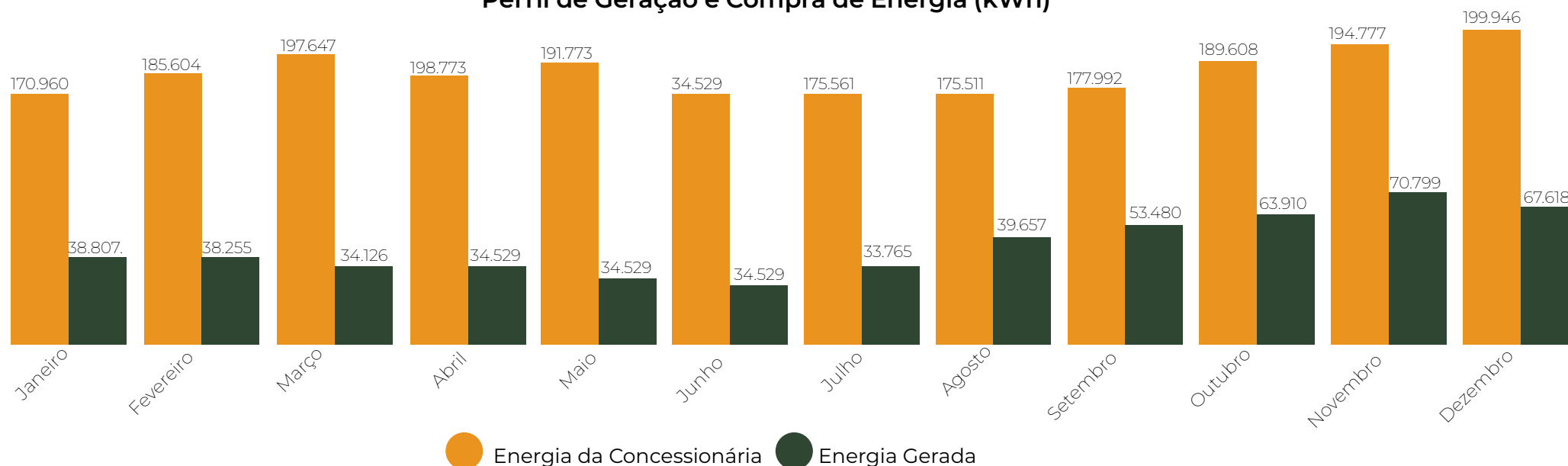


O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, alinhado ao seu compromisso com a sustentabilidade, implementou usinas fotovoltaicas em seus edifícios, fazendo com que parte do seu consumo de energia elétrica seja suprido por energia limpa e renovável.

De um total de 12 edificações, o TRT-13 instalou placas fotovoltaicas em 10 delas. Essas placas geram atualmente, aproximadamente, **36%** de todo o consumo do Tribunal, proporcionando, desde o início da implantação da primeira usina fotovoltaica, ocorrida em janeiro de 2021 até o final do ano de 2023, uma economia mensal de **R\$ 34.000,00** e, uma economia acumulada de aproximadamente **R\$ 700.000,00**.

Dentre as **10 edificações** que possuem usinas de geração de energia fotovoltaica, **7** delas produzem mais energia do que consomem. Além disso, transferem esse excedente de geração de energia para outros edifícios.

Perfil de Geração e Compra de Energia (kWh)



O gráfico abaixo demonstra a energia gerada pelo Tribunal em comparação à energia comprada e proveniente da concessionária Regional. A expectativa é que, ainda no ano de 2024, a capacidade de geração interna aumente para até **48% de consumo interno, podendo atingir 60%** no mês de janeiro em função do baixo consumo e aumento da geração por causa do clima, com a instalação das usinas fotovoltaicas no Centro Integrado da Justiça Social - CIJUS e na Vara do Trabalho de Guarabira, bem como com a expansão das usinas localizadas no no Edifício Sede, na Coordenadoria de Material e Patrimônio e do FJCAN. Para alcançar a autossuficiência até 2030, o Regional está conseguindo um terreno para instalar novas usinas fotovoltaicas.

Prédio/Descrição	Potência Atual (kWp)	Potência Futura (kWp)	Geração Atual (kWh)	Geração Futura (kWh)
JP/SEDE	54	91	7056	11784
JP/FÓRUM	108	108	11465	11465
CG/FÓRUM	55	55	7021	7021
JP/CMP	31	62	3961	8019
JP/ARQUIVO DAS VARAS	60	60	8013	8013
PATOS	27	27	3185	3185
SOUSA	26	26	3011	3011
CATOLÉ	51	51	7519	7519
SANTA RITA	107	211	11511	22646
ITAPORANGA	50	50	7703	7703
JP/CIJUS	0	15	0	1942
GUARABIRA	0	21	0	2718
TOTAL	568	776	70445	95025

REDUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Em alinhamento ao Movimento Ambição NetZero do Pacto Global da ONU, bem como ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 13 - Ação contra a mudança global do clima -, o TRT-13 está reduzindo e modernizando sua frota por meio da aquisição de veículos híbridos e do desfazimento de veículos movidos a energia fóssil.

Até agora foram adquiridos 20 novos veículos híbridos, o que permitirá a redução da emissão do Tribunal em duas frentes, seja pela utilização exclusiva de etanol como forma de abastecimento, seja pelo desfazimento de 20 veículos movidos a gasolina, cujo processo de combustão é muito mais danoso ao meio ambiente.



REDUÇÃO DO NÚMERO DE IMPRESSORAS

A Secretaria de Tecnologia da Comunicação e Informação e a Coordenadoria de Material e Patrimônio, em atenção ao ATO TRT13 SGP n.º 34/2022, que instituiu a Política de Nivelamento e Controle dos Ativos de Microinformática, atuaram na adequação do quantitativo de impressoras disponibilizadas nas unidades administrativas e judiciárias do TRT-13. Nesse sentido, 24 impressoras multifuncionais foram recolhidas, de modo que cada unidade do TRT-13 passou a contar, no máximo, com até duas impressoras multifuncionais.

A ação impacta diretamente na redução da utilização de energia elétrica, dos esforços que usualmente seriam empreendidos para manutenção dos equipamentos, na redução do uso de papel, toner e com os custos de aquisição de novos equipamentos que viriam a substituir as antigas impressoras. É uma mudança institucional que leva em consideração a sustentabilidade em seus diversos ângulos.



AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO

O TRT-13 investiu na aquisição de equipamentos de refrigeração mais modernos e com maior eficiência energética, do tipo split, para substituir máquinas antigas, tendo em vista que estas não utilizavam gás ecológico ou não possuíam tecnologia inverter. Agora, os novos equipamentos utilizam o gás refrigerante R410A HFC e Unidade Evaporadora (interna) modelo HIGH WALL.

Ao todo, foram adquiridos 92 equipamentos, de maneira que a ação impacta no desenvolvimento sustentável do TRT-13, dado que os equipamentos consomem menos energia, estão em conformidade com o Protocolo de Montreal e o Acordo de Kigali, possuem maior facilidade de manutenção e minimização de vazamento de gás para a atmosfera, além de proporcionarem melhorias de qualidade de vida para magistrados(as), servidores(as) e terceirizados(as).



TROCA DE 100% DA ILUMINAÇÃO DO TRIBUNAL POR LÂMPADAS LED SUSTENTÁVEIS

Em 2023 e 2024 foram substituídas 400 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas LEDs em todas as unidades judiciárias do TRT-13.



PLANTIO DE 1000 ÁRVORES

Com o objetivo de compensar as emissões de gases de efeito estufa, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região realizou uma parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da qual o órgão parceiro viabilizará o plantio de árvores com fornecimento de mudas, preparo e manejo do solo, assim como a devida manutenção. Em contrapartida, o Regional irá promover ações de educação ambiental e de capacitação profissional para a população do município de João Pessoa no Centro de Justiça Social - CIJUS.



Comunidade Dubai em João Pessoa.



Esta ação alinha-se ao fortalecimento institucional com parceiros que promovem a sustentabilidade e a Agenda 2030 da ONU. A expectativa é que sejam plantadas ao menos 1.000 árvores, estima-se que, após a conclusão do projeto, 143 toneladas de CO₂, emitidas anualmente pelo TRT-13 sejam compensadas nos primeiros 20 anos de vida das árvores.



COMPRA DE CERTIFICADOS PARA COMPENSAÇÃO DE EMISSIONES: CRÉDITOS DE CARBONO E REC - CERTIFICADOS DE ENERGIA RENOVÁVEL

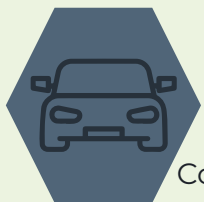


Se por um lado o TRT-13 tem focado na produção de energia oriunda de fontes renováveis, especialmente a solar, com a ampliação de sua capacidade energética mediante a expansão de suas usinas fotovoltaicas, por outro lado, sabe-se que ainda não se alcançou o patamar de neutralização de emissões. É por essa razão que, recentemente, o Tribunal adquiriu **269 créditos de carbono (tCO₂) para compensar os gases emitidos no ano de 2022.**

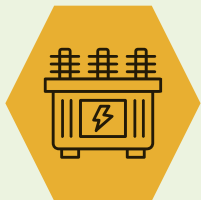
Além de todas as ações para a compensação e redução das emissões de gases do efeito estufa, esta instituição já adquiriu certificado de **2016 i-Recs com selo REC Brazil para neutralizar a emissão de gases de efeito estufa em decorrência do consumo de energia elétrica no ano de 2023 (2015,6 Mwh),** assim como créditos de carbono para compensar as 269 tCO₂ de gases emitidos no ano de 2022.

Inventários de Emissões de CO₂

Escopo 1



Combustão móvel



Combustão estacionária



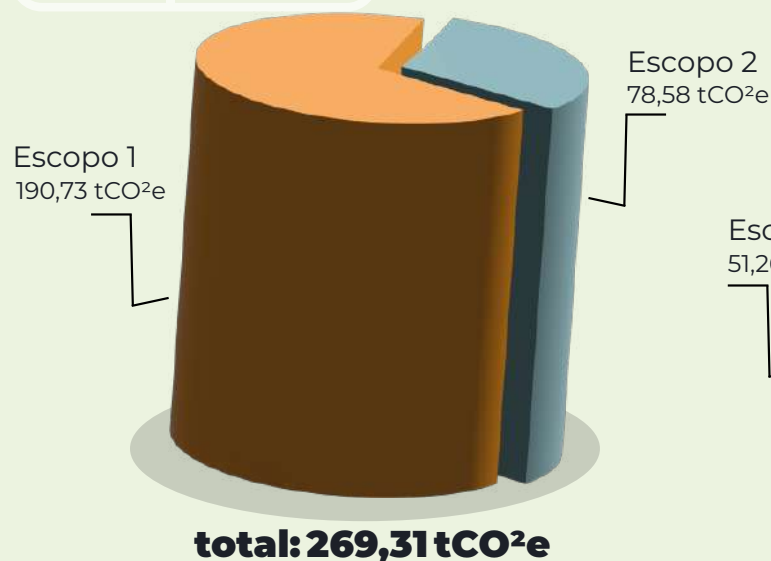
Emissões fugitivas

Escopo 2

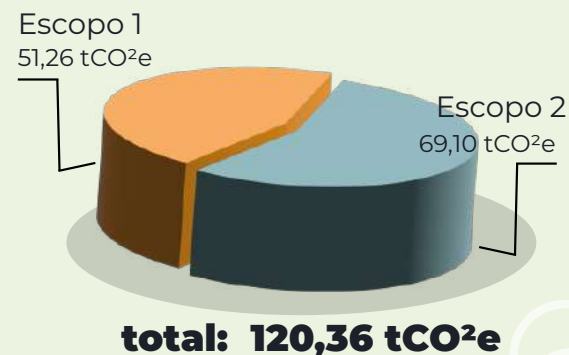


Aquisição de Energia Elétrica

Inventário de 2022



Inventário de 2023



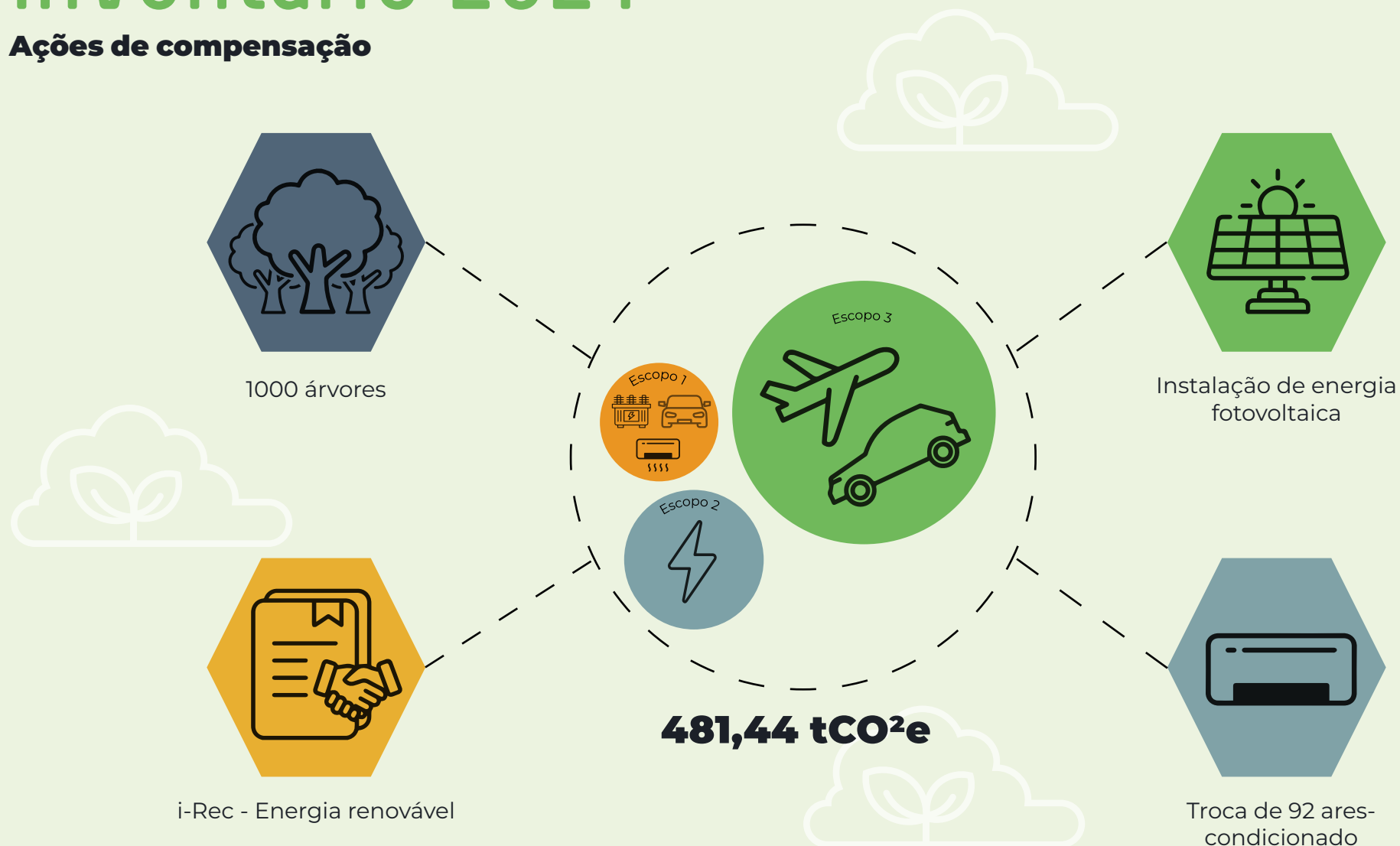
Redução de:
148,95 tCO₂e

Unidade: tCO₂e (tonelada de Gás Carbônico equivalente)

Comparando as emissões dos escopos 1 e 2 dos anos 2022 e 2023, **encontramos uma redução de 148,95 tCO₂e**. Este resultado demonstra que as ações do Plano de Gestão de Gases de Efeito Estufa causaram diminuição significativa.

Inventário 2024

Ações de compensação



Além da continuidade das ações de compensação do ano anterior, em 2024 o Tribunal incluiu o **escopo 3**, que contempla os gases emitidos no deslocamento dos magistrados e servidores casa - trabalho - casa e nas viagens de avião oficiais. Nesta edição levantamos uma **emissão de 481,44 tCO²e**.



SUSTENTABILIDADE NO TRT-13 EM MOVIMENTO

O Projeto “TRT13 em Movimento” é um conjunto de iniciativas e ações destinadas à promoção da justiça social e dos direitos humanos fundamentais, voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica.

As ações são desenvolvidas por servidores(as) e magistrados(as) do Tribunal, além de parceiros envolvidos no projeto social que atuam como colaboradores da iniciativa. Nos encontros, são tratados temas relativos à saúde, tecnologia, direitos humanos, e sustentabilidade. Até o momento, foram realizadas 10 (dez) edições em diversos municípios do Estado.





PROJETO ACQUA TRT-13

O Jogo da Água

O Tribunal promoveu o projeto **“Quilombo vai à Nasa”**, objetivando participar do Hackathons Global, oficial, da National Aeronautics and Space Administration of USA (NASA), evento que reúne maratonistas em mais de 300 cidades pelo mundo com a finalidade de unir públicos diversos para criação de soluções e fomento à democratização de acesso a uma educação empreendedora e inovadora.

A equipe instruída pelo Tribunal, participante da maratona internacional, foi formada por 4 (quatro) jovens, sendo dois de comunidade quilombola, um indígena e uma migrante da Venezuela. No desafio, o tema abordado foi **“Água”**, e o grupo coordenado pelo Tribunal, com o desafio de ensinar a importância da água para crianças por meio de um jogo virtual, ficou em segundo lugar.





Além da apresentação no projeto social “TRT13 em Movimento”, o jogo é disponibilizado para ser utilizado nas rotinas curriculares das escolas. Brincando, desperta os jovens sobre a importância do uso, reuso, desperdício e economia da água.

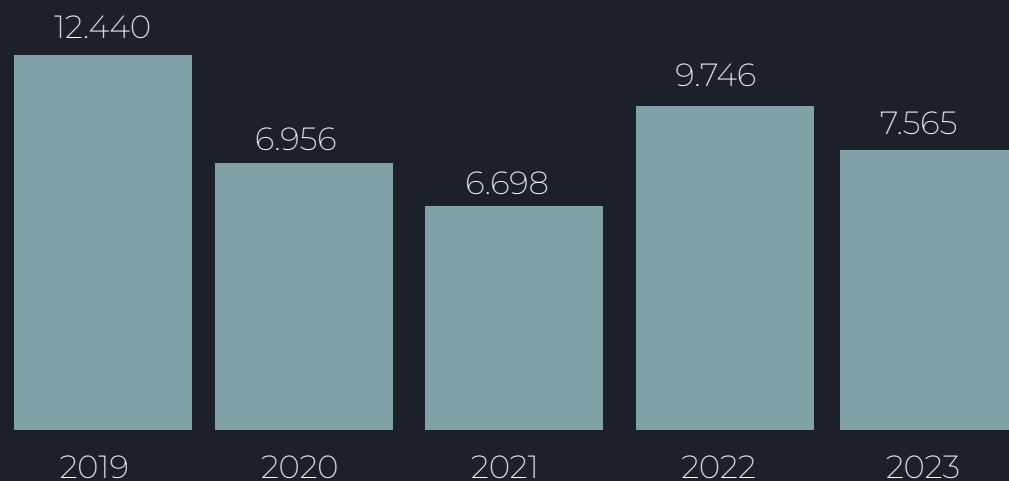


Utilização da água da chuva

Outra ação relevante da Trilha “Greta Thunberg”, ligada ao Projeto “Acqua TRT13”, está relacionada à utilização de água da chuva em unidades do Tribunal.

Apesar da redução do consumo de água do TRT-13 em 2.181m³, quando comparado ao ano de 2023, em que o consumo foi de 7.565m³ de água, há necessidade de que novas ações sejam adotadas para racionalizar a utilização do recurso de forma consciente.

Consumo Anual de Água (m³)

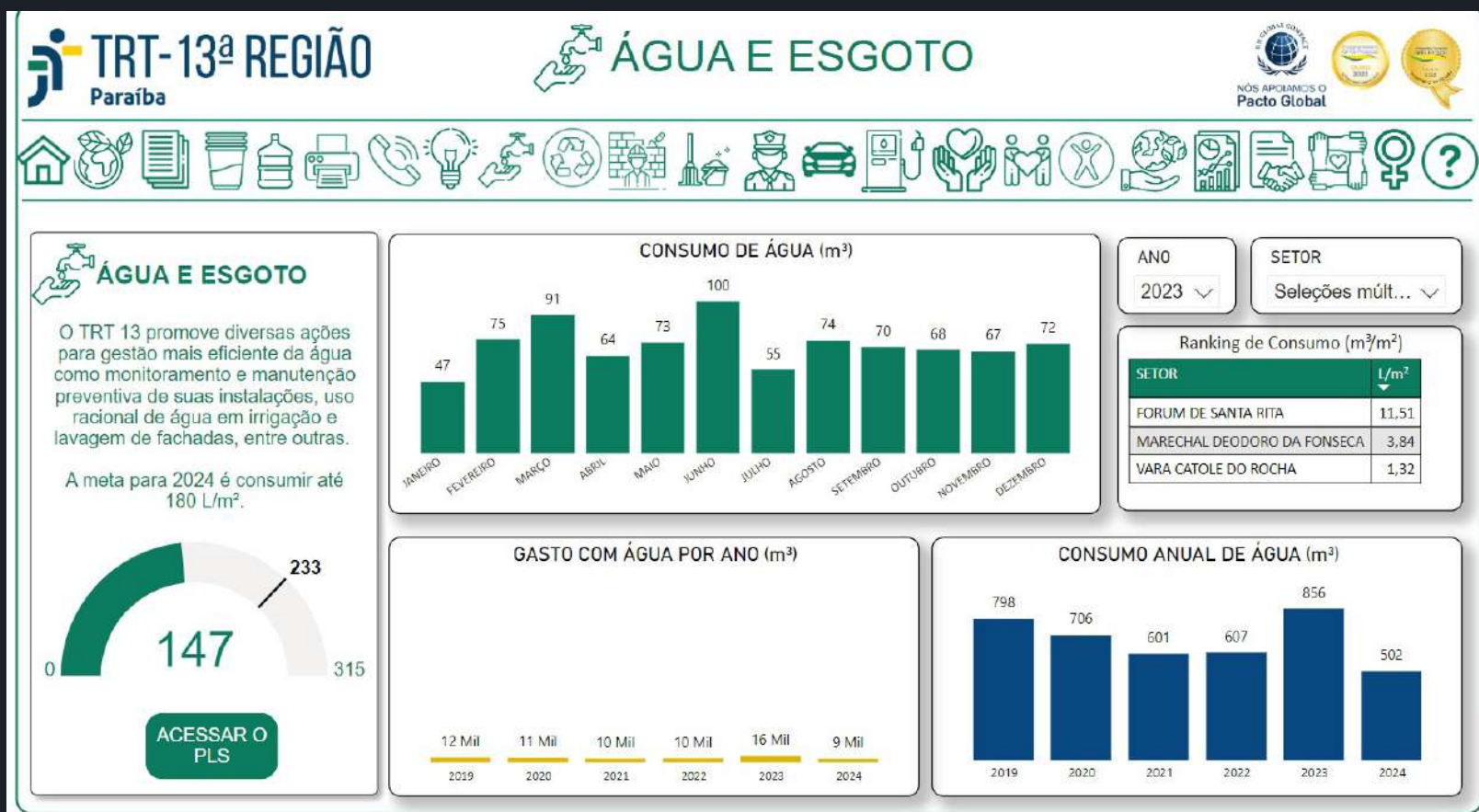


Em consonância com o ODS-6 (Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos), para maior otimização, o TRT-13 contratou empresa especializada em serviços de engenharia para instalação de sistemas de captação de água de chuva no prédio da Coordenadoria de Material e Patrimônio - CMP, no prédio do Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega e na Vara do Trabalho de Catolé do Rocha. O valor da contratação importou em R\$126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), com previsão de conclusão das três obras em novembro de 2024. Por meio da iniciativa, o Tribunal será o primeiro do Estado a fazer o reaproveitamento da água da chuva, que tem sido coletada dos telhados, através de calhas, e conduzida para um reservatório em que é armazenada e **utilizada em serviços de limpeza, jardinagem e principalmente nas caixas de descargas das bacias sanitárias dos setores que receberão o serviço.**

O monitoramento do consumo de água ocorre pela plataforma disponibilizada em:



Estimativa de economia no consumo de água em torno de 80 metros cúbicos anuais.
Fórum de Santa Rita, VT de Catolé do rocha e CMP.



FORTALECIMENTO DE INSTITUIÇÕES COM PERSPECTIVA AMBIENTAL

Doação de computadores para Cooperativa de Material Reciclável - Itamare-PB

Doação de computadores e veículo para o projeto Águas Potiguaras

Doação de veículo para Secretaria Municipal do Meio Ambiente



Formação nos temas ligados à Agenda 2030 da ONU com comunidades indígenas da Paraíba





TRT-13 em Movimento no Águas Potiguaras

O “TRT-13 em Movimento” é um conjunto de iniciativas e ações destinadas à promoção da justiça social e dos direitos humanos fundamentais, voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica residentes em João Pessoa, na Região Metropolitana e também cidades do interior da Paraíba.

As ações são desenvolvidas por servidores(as) e magistrados(as) do Tribunal, além de parceiros envolvidos no projeto social que atuam como colaboradores da iniciativa. Nos encontros, são tratados temas relativos à saúde (médicos, odontólogos e enfermeiros), técnicos (tecnologia, inovação), social (direito do trabalho, assédio moral, trabalho seguro, trabalho infantil, violência contra mulheres, empoderamento social), sustentabilidade, entre outros.



4ª Edição

A quarta edição do TRT-13 em movimento aconteceu no dia 31 de setembro, das 08h30 às 16h, na Escola Maria das Dores Borges e na Aldeia Alto do Tambiá, ambas localizadas no Município de Baía da Traição. O seu público alvo foi formado por mulheres, público LGB-TPQIA+ e jovens estudantes.

No evento, foram oferecidos serviços de odontologia (distribuição de escovas e pastas de dente, aplicação de flúor na crianças e orientação sobre escovação), de enfermagem (aferição de pressão arterial e teste de glicemia), oficinas sobre como preparar curriculum vitae; aulas sobre tabagismo, alcoolismo, assédio moral e formas de violência contra as mulheres, trabalho seguro, combate e enfrentamento ao trabalho infantil, sobre inovação como uma ferramenta de vida, sustentabilidade e o impacto da reciclagem, introdução à eletrônica e robótica e sobre a importância da saúde bucal como. Também foram realizadas atividades lúdicas com crianças por meio do projeto desenvolvido pela Assessoria de Projetos Sociais e Direitos Humanos denominado “Projeto Criançar”, bem como houve ministração de uma palestra sobre prevenção ao câncer de mama e do útero, assim como foram realizados cadastros e encaminhamento para o Centro Integrado Escola-Empresa - CIEE e Sistema Nacional do Emprego - SINE-PB.

RESULTADOS:

ATENDIMENTOS	
SERVIÇOS	BENEFICIADOS
Atendimento jurídico	16
Atendimentos odontológicos	60
Serviços de enfermagem	49
Elaboração de curriculum vitae	12
Atendimento pelo SINE	1
Atendimento pelo CIEE	6
COLABORADORES	
Magistrados(as)	1
Servidores	27
Parceiros	SINE

Aderimos ao Movimento Conexão Circular da ONU

O Movimento “Conexão Circular” é uma iniciativa que tem por objetivo desafiar e apoiar as instituições para que alcancem a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. Dessa forma, enfatiza a redução da geração de resíduos por meio de prevenção, redução, reciclagem e reutilização e a implementação de estratégias e modelos de negócio circulares, acelerando inovações em processos e produtos.



MOVIMENTO
CONEXÃO CIRCULAR

ECOPONTO



A instalação de ecopontos, ou seja, locais de coleta seletiva de resíduos em todos os prédios do Tribunal.

Inicialmente, a instalação ocorreu do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e no fórum de João Pessoa, será distribuído ainda em 2024 para todas as varas do trabalho da Paraíba.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-instala-eco-ponto-para-coleta-seletiva-de-residuos>



Parceria com Eletro Solidário para recolher lixo eletrônico de grande porte dos servidores e público em geral.

https://youtu.be/_Gc-ea9qCII?si=9U_ZN0p879nLS1Nw

COMPOSTAGEM

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região implementou o Programa de compostagem de resíduos orgânicos produzidos cujo objetivo é realizar destinação ambientalmente adequada dos resíduos orgânicos produzidos pelos servidores do Tribunal, por meio do processo da vermicompostagem. Restos de frutas, verduras e quaisquer outros vegetais são recolhidos pela equipe terceirizada e depositados em composteiras com minhocas (*Eisenia fetida*) instaladas na área do jardim, onde são transformados em adubo orgânico (húmus). Após 120 dias de compostagem, os resíduos estão totalmente transformados. O produto final é muito rico em nutrientes e é destinado para as plantas nos jardins do Tribunal.



• PRÊMIO •
**JUSTIÇA DO TRABALHO
SUSTENTÁVEL 2024**
AMBIENTAL

Reconhecimento

O Ecolabora venceu a 2ª Edição do Prêmio **“Justiça do Trabalho Sustentável”**, na Dimensão Ambiental. A premiação aconteceu no 9º Encontro Nacional de Sustentabilidade da Justiça do Trabalho.



 **JUSTIÇA DO TRABALHO**



Trilha Patrícia Rosas

Valorização do Trabalho Verde

O primeiro tribunal do país a remunerar as cooperativas de material reciclável.





Desta forma, para promover a devida inclusão socioeconômica dos catadores, prevista em Lei, o Tribunal realizou uma contratação buscando a remuneração do serviço prestado pelas associações/cooperativas de coleta de material baseando-se na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, art. 75, IV, j).

A iniciativa inédita e pioneira no Brasil culminou na contratação de 03 (três) cooperativas e 01 (uma) associação para a coleta onerosa na sede do Tribunal, em João Pessoa, e no Fórum do Trabalho, em Campina Grande. Remunera-se, por cada coleta, R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e R\$ 600,00 (seiscentos reais) em João Pessoa e em Campina Grande, respectivamente.

Como fruto desta iniciativa o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, através do ATO Conjunto TST.CSJT.GP n.º5, de 12 de janeiro de 2024, instituiu Grupo de Trabalho com o objetivo de propor projeto institucional voltado ao fomento do trabalho decente para catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, no âmbito da Justiça do Trabalho.





Repercussão

NOTÍCIAS

Sustentabilidade: Dia Mundial dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis é comemorado no dia 1º de março

Numa iniciativa pioneira, TRT-13 remunera Cooperativas pelo serviço de coleta, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis gerados nas unidades do TRT-13

Publicado: 01/03/2024 17h12
Última modificação: 05/03/2024 14h47



Presidente do TRT-13 faz visita a cooperativa de catadores de material reciclável em Itabana

No dia 1º de março é comemorado o Dia Mundial dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, uma data de celebração e reflexão sobre a geração de lixo doméstico. Data é uma homenagem em memória às vítimas do massacre de Ottawa, ocorrido na Universidade Livre de Ottawa, na Colômbia, em 1992, quando 11 catadores foram assassinados no trabalho, visando o tráfico de órgãos.

A categoria dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desde 2002, constando na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). No entanto, a situação de precariedade desses trabalhadores chama a atenção. Por não receberem um pagamento fixo pelo serviço, ganhando apenas o dinheiro da venda do material coletado, uma manhã fora do trabalho pode ter um impacto danoso na arrecadação mensal.

Max Frederico, secretário de Governança e Gestão Estratégica (SEGEST) do TRT-13, afirma que “os catadores de resíduos de associações e cooperativas têm uma das profissões mais estigmatizadas que existe. Dizem que eles só catam lixo, mas eles prestam um serviço extremamente importante para sociedade e para o meio ambiente”.

NOTÍCIAS

Presidente do TRT-13 é designado pelo TST para compor Grupo de Trabalho que visa melhoria do trabalho dos catadores de recicláveis

Convite decorreu da atuação do Tribunal no Projeto EcoLABORA

Publicado: 15/01/2024 10h07
Última modificação: 15/01/2024 09h55

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região), Thiago Andrade, foi designado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para compor o Grupo de Trabalho para propor melhorias nas condições trabalhistas de catadores de recicláveis. O grupo vai elaborar uma proposta voltada ao fomento do trabalho decente para catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Além disso, deve promover a valorização das pessoas, o trabalho decente e a sustentabilidade, bem como incentivar o respeito à diversidade e um meio ambiente do trabalho com saúde e segurança para os trabalhadores.

“O convite para atuar no grupo de trabalho decorreu da atuação do Tribunal no Projeto EcoLABORA. Fomos o primeiro tribunal do país a contratar de forma remunerada associações de catadores. Diversos tribunais do país têm entrado em contato conosco para saber como fazemos”, destacou o presidente Thiago Andrade.

A assinatura do ato de criação do Grupo de Trabalho dos Catadores na Justiça do Trabalho pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Lelio Bentes Corrêa, ocorreu na Expocatadores 2023, em dezembro.

NOTÍCIAS

Sustentabilidade: TRT-13 lança edital para selecionar associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis

A contratação visa a realização de serviço de coleta, transporte, separação, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos recicláveis não perigosos

Publicado: 23/10/2023 00h00
Última modificação: 08/11/2023 14h03

Alinhado com a Política de Responsabilidade Socioambiental, aprovada por meio do ATO TRT SGP nº 51/2020, o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região) lança edital de seleção de ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. A contratação objetiva a realização de serviço de coleta, transporte, separação, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos recicláveis não perigosos, contendo papel, papelão, plástico, metais diversos, gerados nas Unidades do TRT-13. A entrega da documentação deverá ocorrer no período de 25/10/2023 a 10/11/2023, no horário de 7h às 17h, de segunda a sexta.

O processo de habilitação e seleção utilizará de instrumentos de divulgação e ações de publicidade que assegurem a lisura e a igualdade de participação de todas as associações e/ou cooperativas interessadas e seguirá a ordem de cadastramento.

AQUILOMBA, PARAÍBA

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região busca promover a justiça social por meio de ações concretas baseadas nos princípios dos direitos humanos.

Partindo de tais questões, surge em nosso Regional a iniciativa “Aquilomba, Paraíba: projeto de sustentabilidade e inovação social do TRT-13”. O objetivo é promover letramento digital, formação em sustentabilidade, bem como apresentar temas potencializadores e implantar espaços que fomentem a inovação social em comunidades quilombolas da Paraíba.



O projeto pretende alcançar 50 comunidades quilombolas da Paraíba. Destaca-se o alinhamento à Agenda 2030 da ONU no que tange à adoção de medidas transformadoras a fim de direcionar a sociedade para o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.



OBJETIVO GERAL

Enfrentar os processos de marginalização e exclusão de determinados grupos, por meio do empoderamento dos atores sociais e do oferecimento de caminhos para o seu pleno desenvolvimento.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Implantar espaços de inovação social a fim de fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias sociais;
- proporcionar formação em desenvolvimento sustentável e outros temas que contribuam com a proposição de soluções inovadoras para os desafios cotidianamente enfrentados;
- mobilizar a participação dos atores sociais no processo de identificação de problemas e na proposição de soluções alinhadas aos Objetivos agenda 2030 da ONU;
- estabelecer parceria com instituições de ensino a fim de promover uma formação continuada nas comunidades; e
- reconhecer as práticas e vivências desenvolvidas nos territórios.



Prêmio Gertrudes Maria.

O Prêmio Gertrudes Maria, criado no âmbito do "Aquilomba, Paraíba", tem como objetivo incentivar e reconhecer o engajamento dos participantes do projeto, bem como instigá-los a produzir ensaios e vídeos que envolvam suas vivências e o tema da sustentabilidade.

O Prêmio Gertrudes Maria foi concedido nas seguintes dimensões:

- Categoria “Sou porque nós somos”: maratona de perguntas e respostas sobre os ODS's, vivenciada ao final da primeira etapa de formação, seguida da realização de uma maratona de inovação, o IDJE IMOTUNTUN, com os participantes vencedores da etapa local;
- Categoria “Escrevivências¹”: produção de ensaio escrito sobre o cotidiano, os desafios enfrentados e as possibilidades de um “futuro ancestral”².
- Categoria “O chão que piso”: produção de vídeo que apresente uma boa prática desenvolvida pela comunidade e que pode ser replicada por outros contextos e agentes políticos evidenciando questões relativas aos processos identitários vivenciados e as construções coletivas de cada grupo.



Doação de computadores

Foram doados 287 computadores às comunidades, por meio de parceria com a Coordenação Estadual das Comunidades Negras Quilombolas da Paraíba, a CEQNEQ.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/aquilomba-paraiba-trt-13-assina-termo-de-doacao-de-computadores-por-meio-de-parceria-com-a-ceqneq>

Etapa de formação em:

- ◆ Direitos humanos
- ◆ Agenda 2030 da ONU
- ◆ Sustentabilidade social e ambiental
- ◆ Metodologias Criativas
Produção de Mídias
- ◆ Empoderamento Feminino
- ◆ Enfrentamento ao trabalho infantil e Racismos



IDJE IMOTUNTUN: MARATONA DE INOVAÇÃO SOCIAL

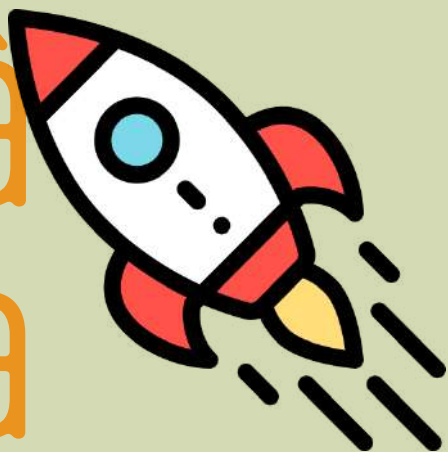
O Idje Imotuntun, que significa maratona de inovação em Ioruba, realizado entre 29 e 31 de julho, foi um evento parte do projeto “Aquilomba, Paraíba”. Essa competição trouxe à tona a criatividade das comunidades quilombolas do estado da Paraíba. Reunindo onze grupos em João Pessoa, a iniciativa permitiu o compartilhamento de soluções para os desafios enfrentados no cotidiano. Durante o evento, as equipes, em sua maioria, apresentaram propostas associadas ao racismo ambiental, um problema que os afeta profundamente. O racismo ambiental se refere à maneira como políticas e práticas ambientais podem impactar desproporcionalmente comunidades negras e outras minorias, geralmente resultando em condições de vida menos saudáveis e acesso limitado a recursos e oportunidades.





Trilha Wangari Maathai

Projeto Quilombo Vai à Nasa



O **Projeto Quilombo Vai à Nasa** foi idealizado a partir do desejo de que jovens, principalmente meninas, tenham a oportunidade de acessar uma educação emancipadora e inclusiva, que os conscientize acerca de seus direitos, que os empodere e que os capacite para participar do Hackathon da NASA, uma competição mundial realizada pela agência espacial norte-americana com o intuito de criar soluções inovadoras para os desafios atuais mais prementes na Terra. Assim, foram selecionados 35 jovens em situação de vulnerabilidade social, dos quais 30 são meninas, consolidando 86% de participação feminina no referido projeto. O processo de formação durou 12 encontros e mesclou aulas sobre empreendedorismo, liderança, inovação, tecnologias, habilidades para o futuro profissional, negócios e ODS da ONU.

A formação, ofertada pela empresa 3bDelas, abordou temas variados, a exemplo das questões ligadas ao campo do empreendedorismo sustentável, da inovação e da tecnologia. Além disso, foram trabalhadas questões ligadas às habilidades para o futuro profissional e à Agenda 2030 da ONU. O projeto recebeu 35 pessoas (venezuelanas refugiadas, adolescentes de acolhimento institucional, quilombolas, indígenas tabajara, adolescentes de periferia autodeclaradas negras), jovens que em sua maioria também atuam no Tribunal enquanto aprendizes, e realizou-se em 12 encontros, sendo encerrado com uma maratona de desenvolvimento de soluções tecnológicas nos dias 16 e 17 de setembro. 14 (quatorze) estudantes do projeto também participaram de uma competição para criar soluções inovadoras para os desafios atuais mais prementes na Terra e no espaço, o **NASA Space**, nos dias 6, 7 e 8 de outubro do corrente ano.



RESULTADOS

- Formação de 35 jovens, dos quais 30 são meninas, consolidando 86% de participação feminina no referido projeto. O processo de formação durou 12 encontros e mesclou aulas sobre empreendedorismo, liderança, inovação, tecnologias, habilidades para o futuro profissional, negócios e ODS da ONU.
- Participação de público diverso, composto por venezuelanas em situação de refúgio, quilombolas, indígenas, adolescentes em situação de acolhimento institucional e jovens negras de periferia.
- Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social empoderados e motivados a investirem na área da tecnologia.
- 14 adolescentes e jovens do Projeto participando efetivamente da maratona de inovação e tecnologia, o NASA Space.
- Conquista do 2º lugar na seletiva local da maior maratona global e oficial da NASA.
- Criação de um jogo virtual, por equipe participante do projeto, que discute o tema do consumo sustentável da água.
- Estímulo ao direito à aprendizagem e à profissionalização dos adolescentes e jovens.



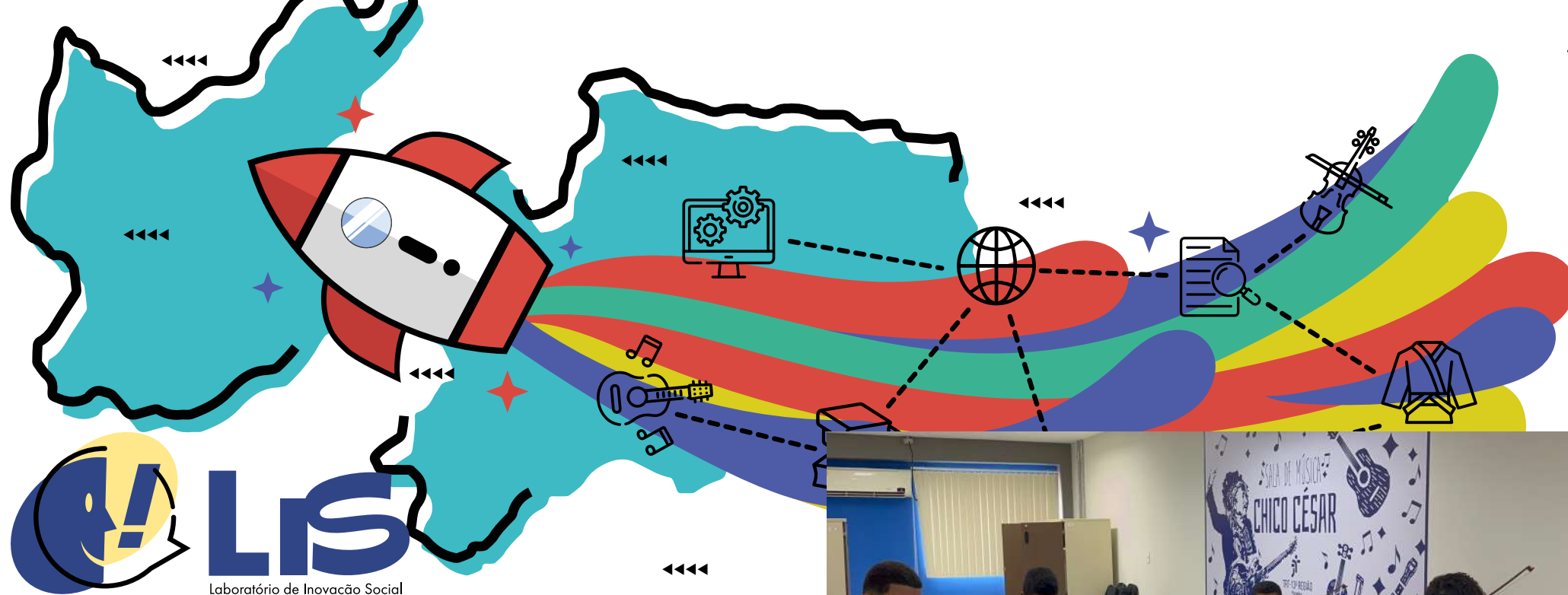
RECONHECIMENTO

O projeto foi premiado, em Belém, na categoria Cultural, na 1ª Edição do Prêmio “Justiça do Trabalho Sustentável do Conselho Superior da Justiça do Trabalho”.



<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/projeto-quilombo-vai-a-nasa-reune-35-estudantes-a-partir-desta-segunda-24-1>

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/quilombo-vai-a-nasa-vence-1o-edicao-do-premio-201cjustica-do-trabalho-sustentavel201d>



Sala de Música e Biblioteca Chico César

Com o objetivo de promover o acesso à arte e à cultura para as pessoas em situação de vulnerabilidade, o TRT-13 criou a Biblioteca e a Sala de Música Chico César. Estes espaços oferecem aulas de flauta, violão e violino, além de rodas de leitura centradas em temas essenciais, como direitos humanos, igualdade de gênero, racismo e diversidade LGBTQIA+. A biblioteca conta com uma ampla coleção de livros e materiais dedicados a esses temas, estimulando a conscientização e o diálogo sobre questões sociais relevantes. Dessa forma, promove um ambiente de aprendizado inclusivo e engajado, enriquecendo a formação cultural e social dos participantes



Companhia de teatro Ruas que Falam

A Companhia de Teatro "Ruas que Falam", projeto do TRT-13, é protagonizada por pessoas em situação de rua atendidas pela iniciativa. A companhia utiliza o teatro para destacar questões como racismo ambiental e dificuldades no acesso à justiça. A iniciativa promove a conscientização de problemas sociais importantes, contribui para a humanização do sistema judiciário e a integração dos servidores do Tribunal.

Grupo de teatro Justiça em Palco



O grupo de teatro "Justiça em Palco", formado por servidores do TRT-13, é uma iniciativa que valoriza a arte e a cultura dentro do ambiente da justiça do trabalho. Ele promove a integração e o desenvolvimento pessoal dos colaboradores, além de sensibilizar o público para questões sociais e jurídicas. Ao humanizar o ambiente do tribunal, o grupo contribui para um clima mais colaborativo e enriquecedor.



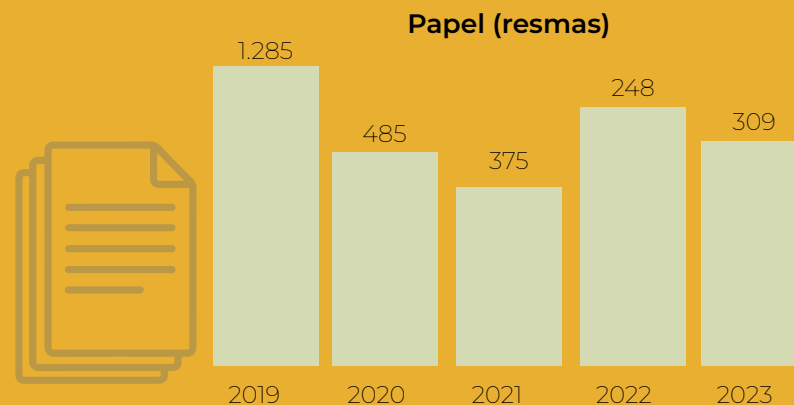
Trilha Ailton Krenak



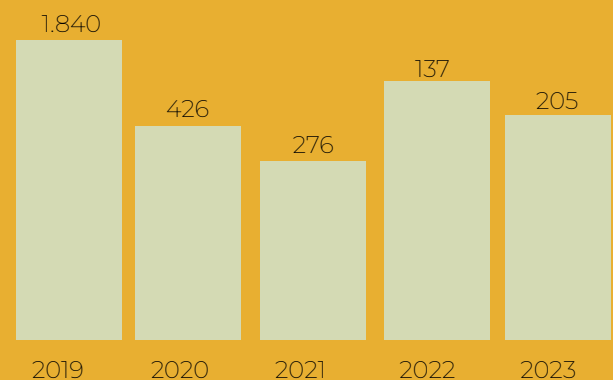
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



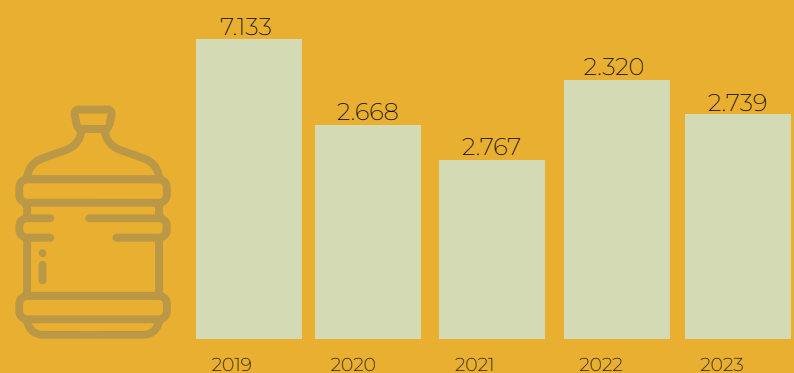
O Plano de Logística Sustentável do TRT-13 foi elaborado observando as diretrizes da Resolução CNJ n.º 400, de 16 de junho de 2021, bem como alinhamento com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Neste importante instrumento de gestão dos recursos ambientais, sociais e econômicos, verifica-se uma evolução positiva do Tribunal nos últimos 5 anos, senão vejamos:



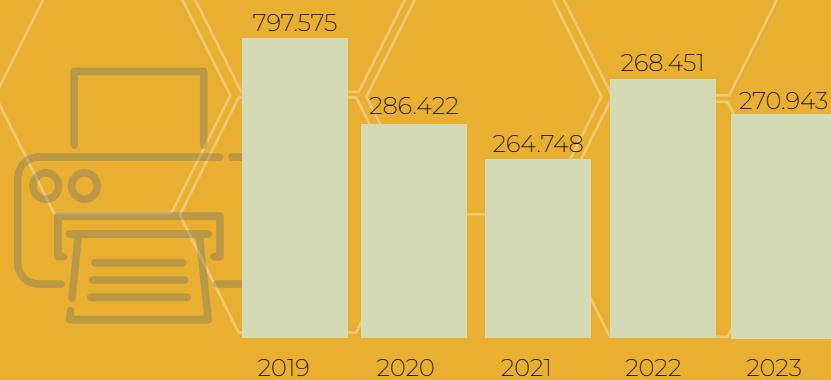
Copos Descartáveis (centos)



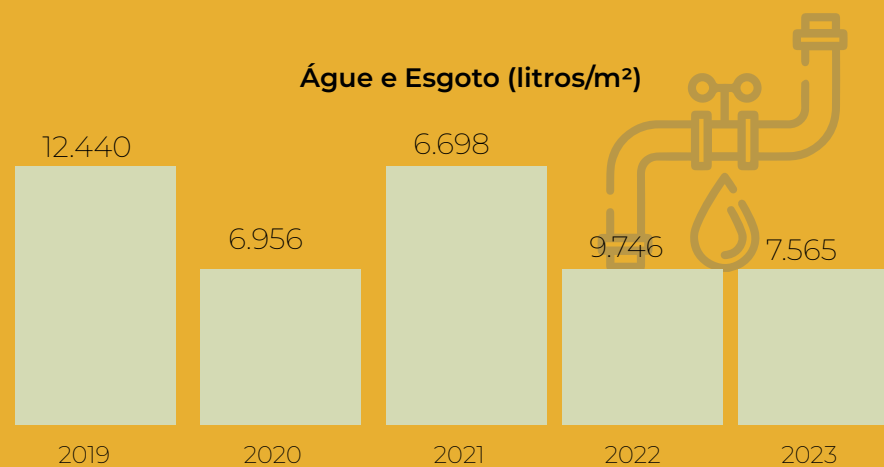
Água Mineral (bombonas de 20 litros)



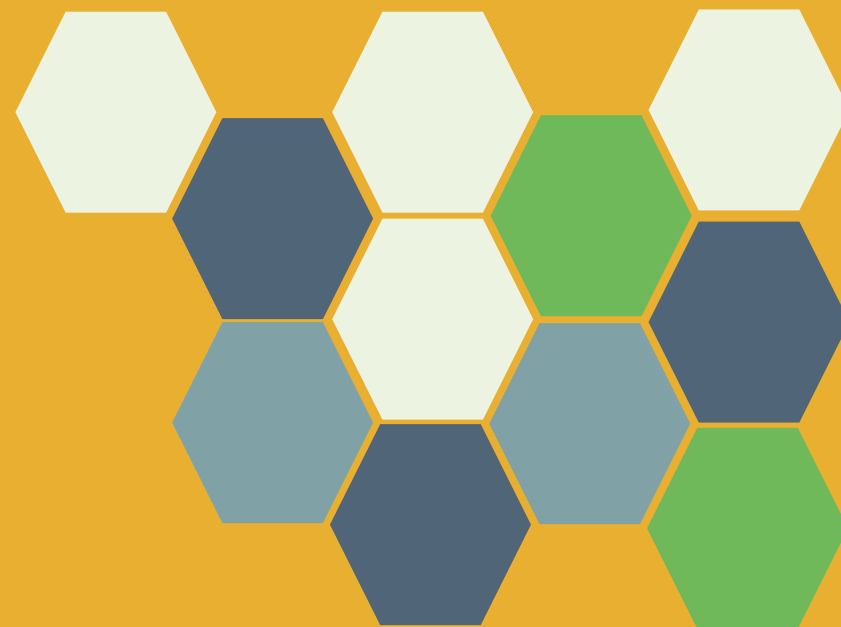
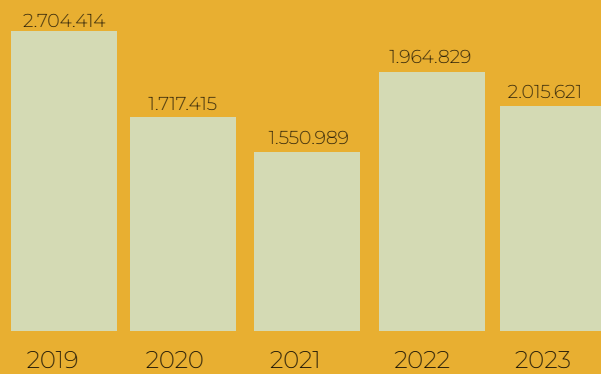
Impressão de Documentos (número de impressões)

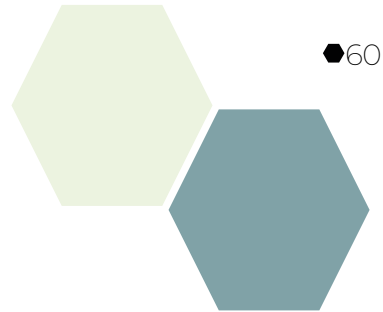


Água e Esgoto (litros/m²)

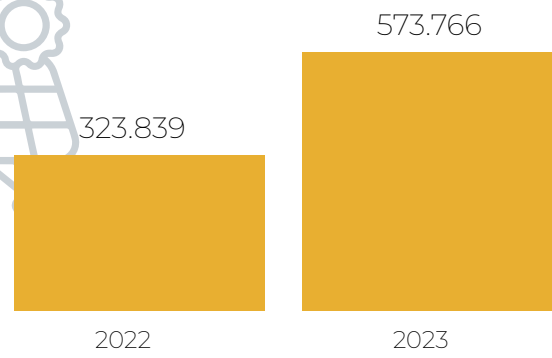
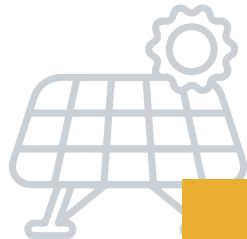


Consumo de Energia Elétrica (KWh)

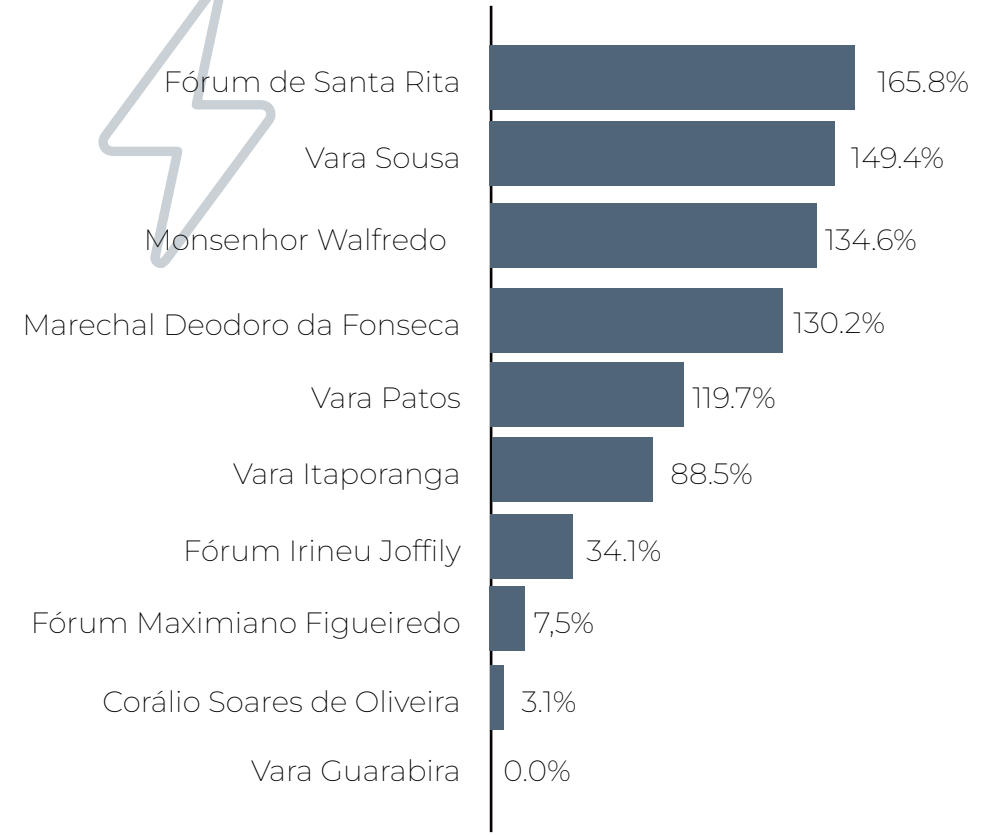


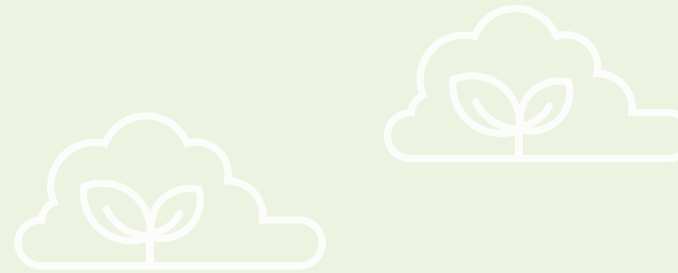


Produção de Energia Elétrica Nas Placas Solares (kWh)



Geração De Energia Elétrica x Consumo





Água e esgoto

Redução do consumo e dos gastos com água e esgoto.



Resíduos

Promoção da gestão adequada dos resíduos sólidos gerados, da coleta seletiva, da reciclagem de materiais e da inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos (remuneração)



Papel

Redução do consumo de papel e consequentemente da geração de resíduos sólidos. Além da aquisição de papel com critérios de sustentabilidade.



Combustível

Redução do consumo de gasolina e diesel e incentivo o uso de combustíveis com menor grau de impacto ambiental (utilização exclusiva de etanol nos veículos flex da sua frota).



Energia elétrica

Redução do consumo e dos gastos com consumo de energia elétrica. E aumento da geração de energia limpa.



Impressão

Racionalização dos recursos destinados ao processo de impressão, e consequentemente redução da geração de resíduos sólidos.



Descartáveis

Redução do consumo de copos descartáveis, e consequentemente da geração de resíduos sólidos. Além da aquisição de descartáveis com melhores atributos para a reciclagem.



Limpeza

Racionalizar os gastos anuais com material de limpeza. Aprimorar e padronizar a gestão dos contratos de limpeza.



Veículos

Racionalização dos gastos com a frota de veículos. Redução e atualização da frota de veículos. Redução do gasto com deslocamento de pessoal, bens e material. Aprimoramento e padronização da gestão dos procedimentos relacionados ao transporte.



Aquisições

Estimula a inclusão de critérios de sustentabilidade nos contratos celebrados pelo Tribunal. Estimula a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão. Promoção da cultura da sustentabilidade na instituição.





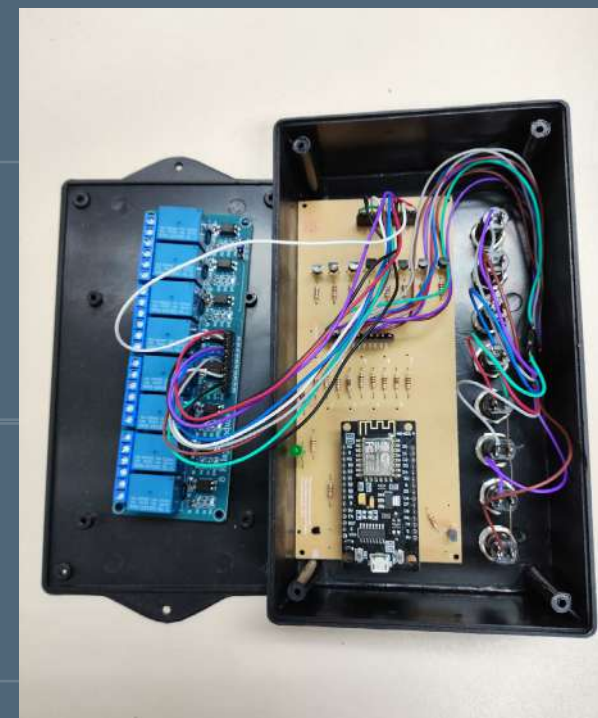
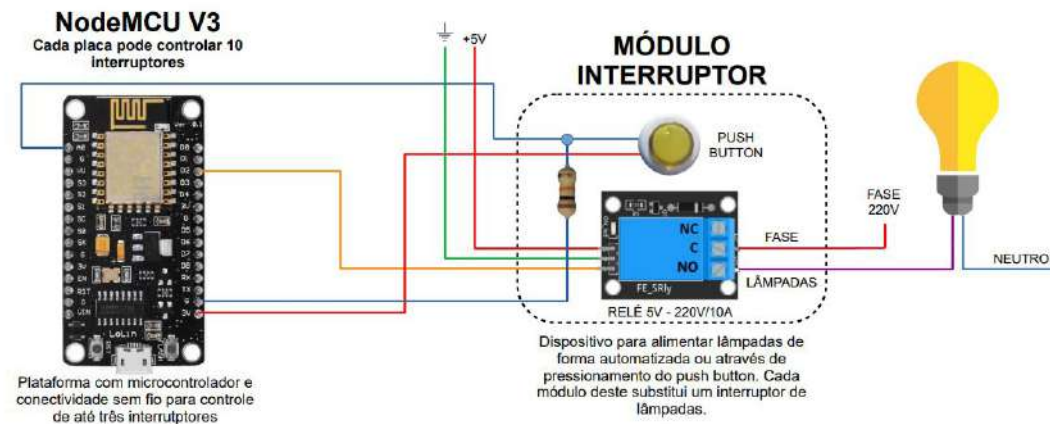
Projeto Ilumi

Uma parte da emissão de gases de efeito estufa é proveniente da iluminação e utilização de outros equipamentos que, mesmo tendo uma fonte limpa de energia, afetam o meio ambiente. Objetivando reduzir o custo com energia elétrica, bem como melhorar os índices de sustentabilidade, surgiu a ideia do Ilumi. Uma solução para realizar o controle de toda iluminação do edifício-sede do TRT-13 de forma remota, online e centralizada, a fim de monitorar o consumo e evitar o desperdício.

O Projeto Ilumi consistiu no desenvolvimento de uma solução de baixo custo que integra três componentes: um dispositivo (hardware) que substitui o interruptor tradicional, um software embarcado no dispositivo inteligente e uma aplicação web destinada ao usuário final. O acionamento das lâmpadas pode ser feito da forma tradicional, apertando um botão no dispositivo inteligente ou de forma remota e centralizada, na aplicação web ilumiSis, pelos colaboradores responsáveis pelo monitoramento.

A partir dos testes realizados na Secretaria de Tecnologia, estima-se que com a implantação da solução em todo o edifício-sede o consumo de energia com iluminação seja reduzido em 30%. A partir da experiência com a iluminação, pretende-se ampliar o uso da solução para todo e qualquer dispositivo ligado à rede elétrica do tribunal, bem como expandir para outros prédios da instituição.

Projeto de controle automatizado de iluminação TRT13





conecta

SUSTENTABILIDADE

REDE DE SUSTENTABILIDADE DO SEGMENTO DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA





conecta SUSTENTABILIDADE



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica
que cria a rede Conecta Sustentabilidade

Unir e deixar o segmento de Justiça do Estado da Paraíba mais forte, preparado, atualizado e pronto para contribuir com ações relacionadas com sustentabilidade é o caminho a ser percorrido por esta trilha.

A Conecta Sustentabilidade é uma rede que tem por objetivo a conjugação de esforços entre os participantes para a implementação de programas e ações interinstitucionais de sustentabilidade. Nesse sentido, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região convidou o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, a Seção Judiciária Federal da Paraíba, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba para juntos debaterem a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), baseados nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, compromisso assumido por líderes de 193 países, inclusive o Brasil.

A Conecta Sustentabilidade foi formada para trilhar um caminho sólido e coeso para a efetiva implementação da agenda de sustentabilidade no Estado da Paraíba, com geração e realização de ações e iniciativas, criação de ferramentas práticas e oferecimento de parâmetros objetivos.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-se-une-ao-sistema-de-justica-da-paraiba-e-a-ufpb-para-criar-rede-de-sustentabilidade>

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/representantes-do-trt-13-se-reunem-com-vice-reitora-da-ufpb-visando-parceria-voltada-a-implementacao-de-solucoes-sustentaveis-no-tribunal>



Objetivos:

-  Criação de um comitê interinstitucional com o objetivo de propor, planejar e acompanhar programas e ações, com fixação de metas anuais, visando a correta preservação dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente;
-  Implementação de políticas públicas permanentes em defesa da sustentabilidade;
-  Fomento de ações educativas e pedagógicas, a fim de sensibilizar magistrados, conselheiros, servidores, usuários internos e externos dos serviços públicos ofertados pelos partícipes sobre a necessidade de que ações concretas sejam tomadas para efetiva proteção do meio ambiente;
-  Criação de banco de dados que contemple informações necessárias ao alcance do objeto de Protocolo de Cooperação Técnica das comissões de responsabilidade socioambiental e outras áreas interessadas; e
-  Articulação para adesão de novas partícipes.



JFPB

JUSTIÇA FEDERAL
NA PARAÍBA



Criação do DIAS:

Diagnóstico de Iniciativas e Ações Sustentáveis



**diagnóstico de iniciativas
e ações sustentáveis DIAS**

ESTRATÉGIA

Diagnóstico do planejamento estratégico das instituições, em especial quanto à sustentabilidade e gestão de riscos

SUSTENTABILIDADE

Tratamento de temáticas da sustentabilidade, divididas em quatro eixos: ambiental, econômico, social e cultural

SUSTENTABILIDADE POR EIXO

Visão consolidada das temáticas de sustentabilidade com valores totalizados por eixo

PLANILHA DIAS

Dados completos preenchidos na planilha DIAS pelas instituições

Ferramenta tecnológica para verificar a maturidade institucional dos órgãos e propor ações conjuntas de sustentabilidade.



Clique para acessar mais informações



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB)

TRT 13 - PARAÍBA

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

